

sobre o uso político da religião | gustavo ramus*

Anônimo clandestino do século XVIII. *A vida e o espírito de Baruch de Espinosa: tratado dos três impostores*. Tradução de Éclair Antonio Almeida Filho. São Paulo, Martins Fontes, 2007, 199 pp.

Em 1719, foi publicada em uma revista holandesa uma biografia anônima de Baruch de Espinosa (1632-1677), autor de “Ética”, “Pensamentos metafísicos” e “Tratado teológico-político”. Essa biografia era intitulada simplesmente “A vida do senhor Baruch de Espinosa”. Muitos atribuem esse escrito a Lucas, um dos discípulos de Espinosa. Passado algum tempo, em outra publicação, foi acrescentado outro texto ao primeiro chamado “O espírito do senhor Baruch de Espinosa”, ou “Tratado dos três impostores”. Esse texto é atribuído a Espinosa, ainda que também tenha sido publicado anonimamente.

A primeira parte do livro traz um relato apaixonado da vida de Espinosa. Um jovem judeu de Amsterdã, educado rigorosamente pelos costumes dessa religião. Dominava vários idiomas como o hebraico, italiano, espanhol, alemão, flamengo, português, e mais tarde o latim e o grego. Desde muito jovem, Espinosa levantava questões muito embaraçosas para seus mestres sobre a religião e os escritos sagrados. Dizia que o povo judeu era arrogante por se considerar eleito por Deus, ignorando o resto da humanidade. Não demorou a ser acusado do mais temível dos crimes da época: o desprezo pela Lei. Foi julgado e condenado ao exílio. No *Herem* — excomunhão — pronunciado contra ele constava-se o

* Bacharel em Ciências Sociais, mestrando no Programa de Pós-Graduandos em Ciências Sociais da PUC-SP e integrante do Nu-Sol.

seguinte fragmento: “E vós, que restais fiéis ao Eterno, vosso Deus, que Ele assim vos conserve em vida. Sabeis que não deveis ter [com Espinosa] qualquer contato, escrito ou verbal. Que não lhe seja prestado nenhum auxílio e que ninguém se aproxime dele mais do que quatro côvados. Que ninguém more debaixo do mesmo teto que ele e que ninguém leia seus escritos” (p. 58).

Segundo a descrição de Lucas, Espinosa era um jovem muito elegante e demonstrava ser muito generoso em diversas situações. Dizia que a natureza se satisfazia com pouco e, portanto, o pouco era o suficiente para satisfazê-lo. O maior erro do Homem, para Espinosa, era acreditar cegamente nos escritos sagrados. Para o holandês, a Lei fora inventada por um homem muito hábil politicamente para subjugar o povo. Os eclesiásticos de qualquer religião zelam mais por sua autoridade do que pelos ensinamentos sagrados, são presunçosos e fundam seu poder em falsos pensamentos, abusam da ignorância do povo, que toma para si esse falso discurso como uma verdade absoluta e se deixa dominar. Para o filósofo, é necessário livrar-nos da educação que nos foi imposta para podermos conhecer a “verdadeira idéia de Deus”, não essa que traz a divisão entre os homens, mas por uma concepção que nos torna parte da natureza. A razão prevalecendo sobre a ignorância nos permite o conhecimento de um Deus que nos torna senhores de nossas paixões. Essa idéia de *Deus sive Natura* — Deus ou Natureza — de Espinosa é uma concepção panteísta, assegura a materialidade de deus e desestabiliza o pensamento transcendente de um Deus severo e punidor, estruturante da moral, impositor de formas de condutas.

A segunda parte do livro, aquela atribuída ao próprio Espinosa, trata desse pensamento panteísta e faz uma crítica aos fundadores das três grandes religiões, judaísmo, cristianismo e islamismo, respectivamente: Moisés, Jesus e Maomé. Fundamenta uma crítica à postura religiosa, ao uso da religião para fins políticos,

como estratégia de dominação. Os homens constituíram uma idéia de Deus que é passada ao povo, este, aprisionado em sua ignorância, aceita e reproduz esse falso discurso. Para o autor, a ignorância leva à credulidade, e a credulidade à servidão.

Ainda, segundo o autor, aos políticos interessava manter o povo com medo. Para isso inventaram-se seres invisíveis e a cólera divina. A superstição permitia ao soberano legitimar seu poder e suas leis como um saber divino, levando-se em conta que muitos reis e ditadores se diziam enviados ou próximos de Deus. Também estabeleceram a idéia de que Deus criou o mundo para o Homem, submetendo toda a natureza e as demais espécies ao seu domínio. E é nesse domínio sobre a natureza que se fundaram as grandes religiões. O livro enumera cinco maneiras pelas quais os políticos e legisladores se servem das religiões: ao convencer o povo que dispõem de comunicação direta com os deuses; simular milagres, inventar visões, monstros e prodígios; assustar, apavorar, comover, animar ou encorajar os súditos para o que quer que seja; contar com auxílio de excelentes pregadores e se servir de homens eloqüentes; por fim, empreender o que nenhum outro poderia tornar válido e legítimo.

O *Tratado dos três impostores* desfaz a imagem de Deus semelhante a do Homem e também não concebe sua imaterialidade. Tudo o que existe é corpóreo, toda substância é um corpo, e se Deus é o criador do mundo ele é tudo o que criou. Essa idéia simples de Deus, que tudo se encontra Nele e que Ele se encontra em tudo, arruína a imagem de Deus semelhante aos governantes. A questão é que o povo deseja um Deus justo e vingador, recompensador e punidor, tal qual os governantes. E atribui não somente sua imagem a essa divindade, mas também, as paixões que lhes são próprias, inclusive o sentimento moral que determina o bem e o mal.

Segundo o autor anônimo, os escritos bíblicos são produtos da imaginação humana, fragmentos sele-

cionados segundo a vontade dos líderes religiosos. As passagens sobrenaturais e milagrosas são inaceitáveis à razão, sendo oportuno somente aos supersticiosos e ignorantes, escravizados por sua esperança e temor. Os ignorantes aceitam toda a verdade da qual possam, de alguma forma, tirar proveito. A religião é o laço sagrado originado pelo pavor. Assim emergem as figuras dos pastores e profetas, que tinham relações estreitas com Deus, proferindo verdades produzidas, guiando seu obediente rebanho. As religiões combatem umas às outras, desclassificando-as, menosprezando-as, e no limite declarando guerra entre si. Mas elas convergem em muitas coisas no que diz respeito à suas doutrinas. Oferecem ídolos, regras e promovem sacrifícios. Muda-se a igreja, os eclesiásticos e os ídolos, mas o princípio do discurso que visa a obediência permanece o mesmo.

As contradições das religiões são o suficiente para conduzir os homens à apostasia. O Deus que nos é imposto é um grande juiz que examina nossas ações diariamente. Esse Deus carrancudo e rancoroso também se mostra recompensador quando o indivíduo age conforme sua lei. Assim, os supersticiosos tornam-se bajuladores de entidades num duplo jogo de adoração e medo. A esse Deus é atribuído nossos humores e modo de pensar, julgar e repreender. Não há nada que governe a multidão com mais eficácia do que mantê-la aprisionada à sua crença.

Moisés é tratado no livro como o homem que libertou os judeus de uma escravidão para submetê-los a outra. E como escolhido, era soberano e possuía autoridade sobre o seu povo, condenando à morte quem se opusesse a ele. Jesus fundamentou sua doutrina sobre a mesma base de Moisés. O autor destaca sua habilidade retórica mostrando a ambigüidade de suas respostas em algumas passagens bíblicas, e na promessa de uma outra vida. Jesus destruiu a antiga Lei para impor uma nova doutrina, sabiamente manuseada por homens as-

tutos que rapidamente construíram fortunas em nome da fé. E por fim, aponta as farsas de Maomé, de como teria se tornado um ser mistificado, e o surgimento do Corão. Espinosa expõe diversas contradições no interior dessas religiões. Para ele, elas somente existiram para criar impérios, como uma forma inescrupulosa de tirar o povo com seu próprio consentimento, obtendo o trivial para uma relação de dominação: a obediência.

“Deus é um ser simples, ou uma extensão infinita, que se parece com o que ele contém, quer dizer, ele é material, e não é nem justo, nem misericordioso, nem invejoso, nem nada do que se imagina dele, e, por conseguinte, não pune nem recompensa” (p. 179). Ele é a fonte de todos os seres, e pode, portanto, ser reconhecido em todos eles, de tal forma que um não tem mais importância do que outro. Assim, o Homem não é mais importante do que uma flor ou qualquer outro animal. Essa divisão entre o homem e a natureza não passa de invenção da imaginação, sustentada pelo interesse das religiões. Não há motivos para atribuímos a Deus perfeição ou imperfeição, ou até mesmo crer que Ele queira ser louvado, adorado ou contemplado. A Deus não cabe julgar. As noções de bem e mal surgem no interior da moral de cada religião. Para aqueles que fazem uso da razão, palavras como *céu* e *inferno* não fazem o menor sentido, assim como não faz sentido acreditar na existência de um ser imaterial e onisciente. Esse tipo de crença serve somente para manter os homens no cumprimento do dever.